



Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

PELO FUTURO DO TRABALHO

CHAMAMENTO PÚBLICO

PROCESSO DE SELEÇÃO DISPUTA ABERTA Nº 012/2024

Processo Administrativo: 1410223	Critério: Econômico Tipo: Menor Preço por Item
Abertura: 02 de maio de 2024	Horário: 09:00
Local: Av. Jerônimo de Albuquerque, s/nº, Edifício Casa da Indústria Albano Franco, Retorno da Cohama, CEP: 65.060-645, São Luís/MA - Fone: (98) 2109.1868 - E-mail: comissao@fiema.org.br	

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Regional do Maranhão - **SENAI/DR-MA**, por intermédio da **Comissão de Processos de Seleção**, torna pública a realização de processo de seleção, pela modalidade **DISPUTA ABERTA PRESENCIAL**, do tipo **Menor Preço por Item**, que se regerá pelo **Regulamento para Contratação e Alienação do SENAI - RCA**, aprovado pela Resolução nº 014/2023-SENAI, de 16/05/2023, devidamente publicado no site desta Entidade e no Portal da Transparência do SENAI, e com observância às condições estabelecidas neste Chamamento e seus anexos.

- ANEXO I - Termo de Referência;
- ANEXO II - Especificação do Objeto;
- ANEXO III - Proposta de Preços Padronizada;
- ANEXO IV - Carta de Representação;
- ANEXO V - Declaração;
- ANEXO VI - Minuta do Contrato.

O Chamamento de processo de seleção e seus anexos poderão ser consultados a partir dos endereços <https://www.fiema.org.br/senai> e <https://transparencia.fiema.org.br/senai>, através da guia "Editais" -> RCA Disputa Aberta.

1. DO OBJETO

- 1.1.** O presente processo de seleção tem por objeto a **Aquisição de Kits Didáticos para serem utilizados no curso técnico de energia renovável do Centro de Educação Profissional e Tecnológica Raimundo Franco Teixeira**, nas quantidades e características exigidas, conforme Termo de Referência e anexos deste Chamamento.
- 1.2.** É vedada a subcontratação de outra empresa para a execução do objeto deste torneio.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 2.1.** Poderão participar deste processo de seleção pessoas jurídicas legalmente estabelecidas no País, que:
 - 2.1.1.** Desempenhem atividade pertinente e compatível com o objeto deste processo de seleção;
 - 2.1.2.** Atendam às exigências constantes neste Chamamento e nos seus Anexos, inclusive quanto à documentação requerida.
- 2.2.** Não será admitida a participação nas seguintes condições:
 - 2.2.1.** Consórcios de pessoas jurídicas, qualquer que seja sua forma de constituição;

1

- 2.2.2.** Pessoas Físicas ou Jurídicas que estejam suspensas de participar do processo de seleção realizada pelo SESI e/ou pelo SENAI, Departamentos Regionais do Maranhão;
- 2.2.3.** Pessoas Jurídicas que se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, ou em processo de fusão, de cisão ou de incorporação;
- 2.2.4.** Pessoas Jurídicas que tenham sócios, gerentes ou administradores que sejam empregados ou dirigentes do SESI/SENAI/FIEMA/IEL;
- 2.2.5.** Ex-empregados do SESI/SENAI/FIEMA/IEL que tenham sido dispensados pelo prazo de até 06 (seis) meses subsequentes ao seu desligamento;
- 2.2.6.** Firmas consideradas inidôneas pela Administração Públicas e/ou entidades integrantes do Sistema "S";
- 2.2.7.** Que possua, em sua diretoria, integrante participando em mais de uma proposta nesse processo de seleção.
- 2.3.** As empresas participantes, no dia, hora e local designados no preâmbulo, apresentarão toda a documentação exigida por este Chamamento em 02 (dois) envelopes - "A" e "B" - lacrados, distintos e opacos, identificados no lado externo pelo nome da participante e o número do processo de seleção, com os seguintes conteúdos:

<p style="text-align: center;">ENVELOPE " A " PROPOSTA DE PREÇOS</p> <p style="text-align: center;">DISPUTA ABERTA CHAMAMENTO Nº 012/2024 SENAI/DR-MA</p> <p>RAZÃO SOCIAL DA PARTICIPANTE CNPJ DA PARTICIPANTE E-MAIL E TELEFONE DA PARTICIPANTE</p>
--

<p style="text-align: center;">ENVELOPE " B " DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO</p> <p style="text-align: center;">DISPUTA ABERTA CHAMAMENTO Nº 012/2024 SENAI/DR-MA</p> <p>RAZÃO SOCIAL DA PARTICIPANTE CNPJ DA PARTICIPANTE E-MAIL E TELEFONE DA PARTICIPANTE</p>
--

- 2.3.1.** Caso a empresa participante decida encaminhar os envelopes mediante postagem, esta deverá inserir os envelopes mencionados no **item 2.3.**, em um terceiro envelope identificado no lado externo, exclusivamente, conforme disposto a seguir:
- Destinatário:** Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI/DR-MA
A/C: Comissão de Processos de Seleção
Disputa Aberta - Chamamento nº 012/2024
- Endereço:** Av. Jerônimo de Albuquerque, s/nº, Edifício Casa da Indústria Albano Franco, Retorno da Cohama, São Luís/MA, CEP: 65.060-645.
- 2.3.2.** O descumprimento, pela empresa participante, da forma de postagem indicada no item anterior, será de sua exclusiva responsabilidade, eximindo a Comissão de quaisquer consequências decorrentes de tal descumprimento.
- 2.3.3.** A inversão dos documentos no interior dos envelopes, ou seja, a colocação dos documentos de qualificação no envelope de proposta de preço, e vice-versa, causará a **exclusão** sumária de quaisquer participantes do processo de seleção.

- 2.3.4.** A documentação contida nos envelopes "A" e "B" deverá ser apresentada em língua portuguesa, preferencialmente numerada. Caso a documentação não esteja numerada, o credenciado poderá fazer no momento da reunião pública.
- 2.4.** A participação no presente processo de seleção implica aceitação integral e irretroatável dos termos e condições deste Chamamento e dos seus anexos, bem como do Regulamento para Contratação e Alienação do SENAI - RCA.
- 2.5.** No dia da abertura, caso ocorra de não haver expediente, este torneio será realizado no primeiro dia útil subsequente de funcionamento da entidade.
- 2.6.** Uma vez iniciada a reunião pública, não serão permitidas quaisquer retificações que possam influenciar o resultado deste torneio.
- 2.7.** A empresa participante deverá, **obrigatoriamente**, apresentar os documentos relacionados nos **itens 4., 5. e 6.**, em original ou cópia autenticada. Excepcionalmente, caso a participante apresente algum documento em cópia simples, a Comissão poderá conferir o documento apresentado com a via original, no dia da reunião pública de abertura dos envelopes.
- 2.7.1.** Não será permitida autenticação de documentação durante a realização da disputa.
- 2.7.2.** Serão aceitos documentos com autenticação digital, desde que haja chave de acesso para consulta.
- 2.8.** É vedado à participante retirar qualquer documento constante no seu Credenciamento, Proposta de Preços e/ou Documentos de Qualificação, após entregues à Comissão.

3. DOS ESCLARECIMENTOS

- 3.1.** Até às **17h00min** do **terceiro dia útil anterior à data de abertura da disputa**, quaisquer pedidos de esclarecimentos relativos ao presente Chamamento Público deverão ser dirigidos à Comissão, por intermédio do endereço eletrônico: **comissao@fiema.org.br**. O não cumprimento deste prazo **importará na preclusão do seu direito**.
- 3.2.** As respostas dos pedidos de esclarecimento serão disponibilizadas aos interessados até **24 (vinte e quatro) horas úteis** antes da abertura da disputa.
- 3.3.** Acolhido o pedido de esclarecimento contra este Chamamento, feitos os ajustes necessários, será designada nova data para realização do presente Processo de Seleção, mediante comunicação no site da Entidade e no Portal da Transparência, se a eventual alteração do Chamamento Público vier a afetar a formulação da proposta/qualificação.
- 3.4.** Em caso de dúvidas relacionadas ao presente Chamamento, a participante deverá utilizar o direito ao esclarecimento, devendo estar ciente de todas as suas condições.
- 3.5.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão parte integrante deste Chamamento Público.

4. DO CREDENCIAMENTO

- 4.1.** A participante poderá se fazer representar neste processo de seleção por meio de pessoa física **devidamente credenciada**, munida dos documentos abaixo relacionados, que deverão ser entregues à Comissão **fora dos envelopes** relacionados no **item 2.3.:**

- a) Cópia do documento de identificação com foto;
- b) Carta de Representação - **Anexo IV** ou Procuração devidamente autenticada, que autorize seu preposto a participar do processo de seleção;
- c) Ato Constitutivo, Registro Comercial, Estatuto ou Contrato Social.

4.1.1. A Procuração deverá ser pública ou particular, dando poderes junto à Comissão, no que tange a prática de atos alusivos a este processo de seleção, em todas as suas etapas, até o julgamento final das propostas, como: rubricar documentos, propostas de preços, assinar atas ou outros documentos, apresentar reconsideração e enfim, praticar qualquer outro ato que seja de interesse da participante.

4.1.2. No caso de representação por sócio ou diretor, tal condição deverá ser demonstrada mediante apresentação da cópia do documento de identificação, acompanhada da respectiva cópia do Contrato ou Estatuto Social.

4.1.3. Em caso de credenciamento por substabelecimento, será obrigatório a apresentação da Procuração que concede tal poder ao procurador.

4.1.4. Em caso de administrador eleito em ato apartado, deverá ser apresentada cópia autenticada da ata de reunião ou assembleia em que se deu a eleição e cópia autenticada do documento de identidade com foto ou cópia simples acompanhada do original, não havendo necessidade da Carta de Credenciamento.

4.1.5. As participantes que **não estiverem credenciadas**, poderão participar da reunião pública apenas como ouvinte, contudo, não poderão ofertar lances verbais nem se manifestar em nome da proponente nesta disputa, **inclusive sobre eventuais reconsiderações**.

4.2. Nenhuma pessoa, ainda que munida de Procuração, poderá representar mais de uma empresa participante, sob pena das demais outorgantes perderem o seu direito à representação nas reuniões públicas.

4.3. Será admitido apenas um representante para cada empresa participante.

4.4. Após a conclusão do credenciamento, a Comissão iniciará a reunião pública, não sendo mais permitida a entrada de interessados em participar do processo de seleção como proponentes, apenas como ouvintes.

4.5. Não se aplica ao presente processo de seleção as disposições contidas na Lei Complementar nº. 123/2006.

4.6. Havendo suspensão da reunião pública, fica admitido novo credenciamento para outro representante, nas mesmas condições previstas no **item 4.1.**, caso a empresa participante tenha se credenciado na reunião pública.

5. DA PROPOSTA DE PREÇOS - ENVELOPE "A"

5.1. O envelope "A" conterá a Proposta de Preços, observando o modelo constante no **Anexo III**, devendo fazer menção ao número do torneio, sem emendas, ressalvas, rasuras, acréscimo ou entrelinhas, devidamente datada, impressa, assinada e nominada pelo representante legal da participante.

5.2. A proposta deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa participante contendo o CNPJ, endereço completo, telefone e e-mail para contato, devendo constar:

- a) Dados do representante legal com CPF;
- b) Banco e respectivo código, agência, número da conta e operação, para efeito de autorização e posterior pagamento;
- c) Especificação de cada item, com descrição detalhada das características, incluindo **marca e modelo**, de acordo com o **Anexo II**;
- d) Indicação dos preços unitários e total, obedecendo ao valor máximo de cada item, constante no **Anexo II**, sendo **desclassificado** o item que apresentar valor acima do preço máximo estabelecido;
- e) Indicação do **prazo de validade da proposta**, conforme previsto no **item 5.3.**;
- f) Indicação do **prazo de entrega**, conforme previsto no Termo de Referência;
- g) As Declarações, conforme **Anexo III** (Proposta Padronizada);
- h) Para cada item oferecido na proposta da participante deverá constar, além das especificações: **catálogo** com ilustração e especificação técnica detalhada do item. Sendo o catálogo extraído do site do fabricante, deverão ser informados os endereços das fontes pesquisadas;
- i) Apresentar **garantia** do fabricante contra defeitos de fabricação e montagem, incluindo quaisquer custos necessários, por um período mínimo de **12 (doze) meses**, após a entrega.

5.2.1. Será vencedora desta Disputa Aberta, a participante que ofertar o **MENOR PREÇO POR ITEM.**

- 5.3.** As participantes deverão indicar o prazo de validade da proposta, não inferior a **90 (noventa) dias corridos**, contados da data da abertura do envelope de proposta, suspenso esse prazo na hipótese de pedido de reconsideração.
- 5.4.** Cada participante deverá declarar na Proposta que, no preço cotado estão embutidos todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer tributos, contribuições ou obrigações decorrentes da legislação trabalhista, tributária, fiscal, previdenciária e do frete, se houver.
- 5.5.** Preço unitário dos itens e total da proposta, em reais, expressos em algarismo e por extenso, sem dupla alternativa ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado. Ocorrendo divergência entre o preço unitário e o total dos itens, prevalecerá o preço unitário. Só serão aceitos os preços em moeda nacional - Real (R\$), em algarismos arábicos, desprezando-se qualquer valor além dos centavos.
- 5.6.** Cada participante deverá apresentar **somente 01 (uma) proposta**. A apresentação de mais de uma proposta, ou o condicionamento desta, acarretará sua imediata desclassificação.
- 5.7.** A apresentação de Proposta será considerada como evidência de que a participante:
 - a) Examinou e tem pleno conhecimento de todos os documentos que instruem este Chamamento;
 - b) Aceita as cláusulas e condições deste Chamamento, bem como eventuais retificações, aditamentos, esclarecimentos ou outros atos complementares ao Chamamento;

- c) Tem condições e compromete-se a fornecer o objeto deste Chamamento pelo valor e prazo constantes de sua Proposta;
- d) Tomou conhecimento dos dispositivos constantes no Regulamento para Contratação e Alienação do SENAI - RCA, disponível no site <https://www.fiema.org.br/senai> e no portal da Transparência <https://transparencia.fiema.org.br/senai>, aceitando-o de forma integral e irretratável.

6. DA QUALIFICAÇÃO - ENVELOPE "B"

6.1. Para fins de qualificação, todas as participantes deverão apresentar os documentos relacionados neste tópico, na sua versão original ou em cópia autenticada, entregues, preferencialmente, na mesma ordem em que eles se encontram aqui descritos.

6.1.1. QUALIFICAÇÃO JURÍDICA

- a) Contrato social, estatuto ou instrumento equivalente de constituição da pessoa jurídica, em vigor, registrado no órgão competente, acompanhados de todas as alterações **ou** da respectiva consolidação; ou
- b) Ato de nomeação ou de eleição dos administradores, registrado no órgão competente, acompanhado dos seus documentos pessoais de identificação, caso tenham sido nomeados ou eleitos em momento distinto da constituição da pessoa jurídica e seus nomes e funções não constem do respectivo instrumento de constituição; ou

Obs.: Serão aceitos Atos Constitutivos de Transformação.

- c) Certificado da condição de microempreendedor individual, quando a participante for microempreendedor individual; ou
- d) Requerimento de empresário individual, registrado no órgão competente, quando a participante for empresário individual;
- e) Cartão do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**), inclusive quando a participante for microempreendedor individual ou empresário individual;

6.1.1.1. Os documentos relativos à qualificação jurídica da participante, que já tiverem sido apresentados por ocasião do credenciamento, ficam dispensados de serem inseridos no envelope de qualificação, desde que a documentação esteja obedecendo os requisitos previstos no **item 6.1.1.**

6.1.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) **Declaração**, assinada por sócio, gerente dirigente, proprietário ou procurador, devidamente identificado, nos termos do modelo constante no **Anexo V**;
- b) **Documento de Aptidão Técnica**, com descrição detalhada das características, emitido por empresa de direito público ou privado, comprovando que a empresa já executou serviços **ou** já forneceu materiais compatíveis com o objeto desta contratação. O documento deverá ser datado e assinado e deverá conter informações que permitam a identificação correta do contratante e do prestador do serviço, tais como:

- Nome, CNPJ e endereço completo do emitente da certidão;
- Nome da empresa que prestou o serviço ao emitente;
- Data de emissão do documento;
- Assinatura e identificação do signatário (nome, cargo ou função que exerce junto à emitente).

6.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA

- a) **Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial**, expedida pelo distribuidor da sede da participante, **ou Certidão Positiva de Recuperação Judicial**, com a respectiva comprovação da homologação judicial do plano de recuperação;
- a.1) Caso haja suspensão da reunião pública, a validade da certidão constante no **item 6.1.3. "a"**, fica condicionada à data de abertura da disputa.
- b) **Balço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social (2022)**, devidamente registrados na respectiva Junta Comercial, incluindo os **índices de liquidez**, iguais ou superiores a 1;
- b.1) Será admitido Balço de Abertura, no caso de empresa recém-constituída;
- b.2) As participantes recém-constituídas, que apresentarem Balço de Abertura, ficam dispensadas de apresentarem os Índices;
- b.3) As participantes que apresentarem Índices de Liquidez GERAL, Solvência Geral ou Liquidez Corrente, menor ou igual a 1 (um), deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido correspondente a 10% (dez por cento) do valor total dos serviços ofertados.

6.1.4. QUALIFICAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA

- a) **Certificado de Regularidade do FGTS**;
- b) **Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União** emitida pela Receita Federal do Brasil;
- c) **Certidão Negativa de Débitos de Tributos Estaduais**, compreendendo todos os tributos;
- d) **Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais**, compreendendo ISSQN;
- e) **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas**.

6.1.4.1. Serão aceitas Certidões Positivas com Efeitos de Negativa.

6.2. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para qualificação deverão estar:

6.2.1. Em nome da **participante** e, obrigatoriamente, com o número do CNPJ e com o endereço correspondente:

- a) Se a **participante** for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou
- b) Se a **participante** for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

c) Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos em nome da matriz.

- 6.3. A Comissão reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que julgar necessário.
- 6.4. As certidões apresentadas deverão estar em condições de aceitabilidade quanto ao prazo de validade. Caso as validades das Certidões não estejam expressas no documento, será considerado o prazo de validade de 90 (noventa) dias da data de emissão da certidão.
- 6.5. A Comissão, após o recebimento, abertura da documentação e registro em Ata, poderá suspender a reunião pública a fim de que tenha melhores condições para analisar os documentos apresentados, procedendo às diligências que achar necessária.
- 6.6. Qualquer informação incompleta ou inverídica constante dos documentos de qualificação apurada pela Comissão, mediante simples conferência ou diligência, implicará na desqualificação da respectiva participante.
- 6.7. As certidões apresentadas, quando obtidas pela internet, poderão ser consultadas pela Comissão nos respectivos endereços eletrônicos, a fim de comprovar a autenticidade e regularidade das mesmas.

7. DA REUNIÃO E DO JULGAMENTO

- 7.1. No dia, hora e local indicados no preâmbulo deste Chamamento, será aberta a reunião pública de abertura e julgamento do procedimento de seleção.
- 7.2. Aberta a reunião, os interessados entregarão à Presidente da Comissão o Credenciamento e os envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Qualificação.
- 7.3. A Comissão examinará os Credenciamentos, declarando admitidos no Processo de Seleção os representantes que satisfizerem as exigências do **item 4**.
- 7.4. Uma vez entregues os Credenciamentos e identificadas todas as participantes presentes, não será permitida a participação de retardatários.
- 7.5. Os envelopes deverão ser entregues lacrados e devidamente rubricados nos fechos pelo representante legal da empresa.
- 7.6. A Comissão primeiramente fará a abertura do Envelope "A" - PROPOSTA DE PREÇOS.
- 7.7. Se não houver tempo suficiente para a abertura dos envelopes de Documentos de Qualificação, em face da análise das Propostas de Preços apresentadas, os mesmos ficarão em poder da Comissão até a data e horário marcados para prosseguimento dos trabalhos.

7.8. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

- 7.8.1. Abertos os envelopes de Propostas de Preços, estas serão analisadas quanto ao atendimento das especificações do objeto e condições estabelecidas neste Chamamento e seus anexos, sendo **desclassificadas** aquelas que estiverem em desacordo com o Chamamento.
- 7.8.2. Após a verificação das Propostas de Preços das empresas participantes, a Presidente comunicará às participantes quais serão aquelas que continuarão no processo de seleção.

- 7.8.2.1.** A Comissão poderá solicitar parecer técnico de profissionais pertencentes ao quadro de pessoal do Contratante para viabilizar a classificação das Propostas.
- 7.8.3.** Serão classificadas para a etapa de lances verbais aquelas que atenderem às exigências de apresentação das Propostas de Preços.
- 7.8.4.** Em caso de empate entre duas ou mais propostas, poderá ser realizado sorteio em ato público, para definição da ordem de lances.
- 7.8.5.** A classificação de apenas 02 (duas) Propostas de Preços não inviabilizará a realização da etapa de lances.
- 7.8.6.** Serão desclassificadas as propostas que:
- 7.8.6.1.** Forem apresentadas em desacordo com as exigências legais, as disposições deste Chamamento, bem como outros normativos de regulação da seleção.
 - 7.8.6.2.** Ofertarem condições que não atendam às exigências do Chamamento.
 - 7.8.6.3.** Apresentarem preços inexequíveis, de acordo com o art. 11, § 3º do RCA do SESI e do SENAI.
 - 7.8.6.3.1.** A Comissão poderá considerar exequível a proposta apresentada nos termos do **item 7.8.6.3.** acima, desde que justificada a sua decisão e condicionada à oitiva da participante ofertante da proposta, acompanhada de documentos que comprovem sua exequibilidade.
 - 7.8.6.4.** Contenham condições ou opções, somente sendo admitidas propostas que ofertem apenas uma marca, um modelo e um preço para cada item do objeto deste Chamamento.

Obs.: A simples irregularidade formal, que evidencie lapso isento de má-fé, e que não altere o conteúdo e, também, não afete a idoneidade das propostas de preços, não será causa de desclassificação.

7.9. DOS LANCES VERBAIS

- 7.9.1.** Concluída a fase de classificação das propostas, será iniciada a etapa de lances verbais, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes, observado também o seguinte:
- 7.9.1.1.** A Presidente convidará o autor da proposta de maior preço classificada a fazer o seu lance, e, em seguida, os demais classificados na ordem decrescente de preço até que não haja mais lance e se obtenha, em definitivo, a proposta de menor preço.
 - 7.9.1.2.** Só serão considerados os lances inferiores ao último menor preço ofertado.
- 7.9.2.** Não havendo lances verbais, serão considerados os valores iniciais das Propostas de Preços classificadas para esta fase.
- 7.9.3.** Será classificada como primeira colocada da disputa a participante que atender todas as condições do Chamamento e apresentar o menor preço. As demais participantes, que

atenderem às exigências de apresentação da Proposta de Preços, serão classificadas em ordem crescente.

- 7.9.4. A etapa de lances será considerada encerrada quando todas as participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.
- 7.9.5. Declarada encerrada a etapa de lances verbais e ordenadas as ofertas, a Presidente examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.
- 7.9.6. Havendo apenas uma oferta e, desde que atenda a todos os termos do Chamamento e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita, cabendo à Presidente realizar negociação visando a redução do preço.
- 7.9.7. Encerrada a fase competitiva da disputa e ordenadas as propostas, será aberto o Envelope "B" - Documentos de Qualificação da participante detentora do menor preço, realizando-se a verificação do atendimento das condições de qualificação fixada neste Chamamento.

7.10. DO EXAME DOS DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO

- 7.10.1. Aberto o envelope "B" - Documentos de Qualificação, os documentos ali contidos serão examinados e rubricados pelas participantes presentes e pela Comissão.
- 7.10.2. As participantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no envelope de qualificação, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste instrumento convocatório ou com irregularidades, serão **desqualificadas**, não se admitindo complementação posterior.
 - 7.10.2.1. A critério da Comissão poderão ser aceitos documentos que, embora não entregues no momento da reunião pública, comprovem **condição pré-existente** à data da abertura (TCU, Acórdão 1.211/21-Plenário).

7.11. DO JULGAMENTO

- 7.11.1. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**.
- 7.11.2. Na hipótese de desclassificação ou desqualificação de todas as participantes, a Comissão poderá fixar novo prazo para apresentação de outras propostas ou documentos de qualificação, escoimados das causas que implicaram na desclassificação ou desqualificação, conforme o caso.
- 7.11.3. Se a oferta não for aceitável ou se a participante desatender às exigências qualificatórias, a Presidente examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das participantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até apuração de uma que atenda o Chamamento.
- 7.11.4. A Comissão, a qualquer tempo e, a seu critério, poderá solicitar das participantes esclarecimentos e/ou informações complementares para melhor análise, antes da definição do julgamento deste Chamamento.
- 7.11.5. Se entender necessário, a Comissão poderá suspender a reunião pública para exame das propostas/documentos de qualificação, sendo que a sua decisão deverá ser lavrada em Ata própria e divulgada às participantes.

- 7.11.6.** Não poderá haver desistência da proposta de preços/lances ofertados sem motivo justo, de fato superveniente ou não acatado pela Comissão, sujeitando-se a participante desistente às **penalidades** previstas no **item 14.1.** deste Chamamento.

8. DA PROPOSTA DE PREÇOS DEFINITIVA

- 8.1.** Encerrada a reunião pública, a participante vencedora da disputa deverá encaminhar a proposta de preços definitiva, **até o próximo dia útil** dentro do horário do expediente da Entidade, discriminando o valor unitário e total, em conformidade com o valor do lance vencedor e com critérios definidos no **item 7.** deste Chamamento.
- 8.2.** Na hipótese de a proposta de preços definitiva contemplar vários itens, o ajuste deverá ser realizado sobre os preços unitários, sobre o preço total do item e sobre o valor global, de modo que a Proposta de Preços Definitiva reflita a redução de preço proporcionada pelo lance vencedor.
- 8.3.** Caso a participante vencedora não cumpra o prazo estabelecido no **item 8.1.**, será convocada a empresa classificada com o segundo menor valor e assim, sucessivamente, sujeitando-se a participante desistente às mesmas **penalidades** constantes no **item 14.1.** deste Chamamento.
- 8.4.** Após a declaração do vencedor da disputa, todas as participantes serão informadas da decisão, abrindo-se o prazo para apresentação de pedido de reconsideração.

9. DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

- 9.1.** Somente caberá pedido de reconsideração escrito e fundamentado, que terá efeito suspensivo, das decisões de qualificação das participantes e das suas propostas, no prazo de **02 (dois) dias úteis** contados da comunicação da decisão de qualificação.
- 9.2.** A participante que puder vir a ter a sua situação afetada pela reconsideração da decisão poderá se manifestar no mesmo prazo de **02 (dois) dias úteis**, que correrá da comunicação da apresentação do pedido de reconsideração, conforme disposto no §1º, Art. 15, do RCA.
- 9.3.** Os pedidos de reconsideração serão julgados pela própria Comissão, que poderá se valer de assessoramento técnico e/ou jurídico para a tomada de decisão.
- 9.4.** A reconsideração da decisão de desclassificação de propostas implicará na realização pela Comissão de uma nova etapa de apresentação de ofertas de propostas verbais, nos termos do **item 7.9.** e etapas seguintes do Chamamento.
- 9.5.** Os pedidos de reconsideração deverão ser apresentados por meio de manifestação circunstanciada e enviados **exclusivamente via e-mail** para a Comissão (comissao@fiema.org.br), no horário de expediente desta Entidade (08h00 às 12h00 e 14h00 às 18h00).
- 9.6.** As reconsiderações serão julgadas pela Comissão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, salvo motivos que justifiquem a sua prorrogação, contados da sua data final para sua interposição.
- 9.7.** Não serão considerados os pedidos de reconsideração enviados fora do prazo e horário estabelecidos nos **itens 9.1., 9.2. e 9.5.**
- 9.8.** Os pedidos de reconsideração imotivados, ineptos ou inconsistentes não serão conhecidos.

- 9.9.** Apresentado o pedido de reconsideração, a Comissão poderá reconsiderar ou manter sua decisão **no todo ou em parte**.
- 9.10.** A reconsideração da decisão importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.11.** Da decisão da Comissão relativa ao pedido de reconsideração **não caberá novo pedido de reconsideração**.

10. DA AMOSTRA

- 10.1.** A Comissão poderá solicitar às participantes, amostra dos itens ofertados, as quais deverão ser apresentadas **no prazo máximo estabelecido no Termo de Referência**, depois de enviada a solicitação e deverão ser observadas as seguintes condições:
- Os exemplares colocados à disposição da Administração do SENAI/DR-MA serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento, podendo ser devolvidos para as participantes no estado em que se encontrarem ao final da avaliação;
 - No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pela Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Chamamento, a proposta da participante será desconsiderada para efeito de julgamento;
 - Depois de vencido o prazo de entrega da amostra, não será permitido fazer substituição do produto apresentado para fins de adequação às especificações do objeto.
- 10.2.** Se a amostra apresentada pela primeira classificada não for aceita, a Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Anexo II.
- 10.3.** Após a divulgação do resultado final, as amostras poderão ser recolhidas pela participante no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

11. DO RESULTADO FINAL

- 11.1.** Decididos os pedidos de reconsideração ou concluído o processo sem intercorrências e, constatada a regularidade dos atos praticados, o processo será validado por esta Comissão e enviado para conhecimento da autoridade competente.
- 11.2.** Se, por motivo de força maior, os trâmites do resultado final não ocorrerem dentro do período de validade das propostas, ou seja, **90 (noventa) dias** e, caso persista o interesse do Contratante, poderá ser solicitada a prorrogação geral da validade referida a todos as participantes, por igual prazo, no mínimo.
- 11.3.** A autoridade competente se reserva ao direito de cancelar este processo de seleção a qualquer momento, desde que antes da assinatura do contrato ou de instrumento equivalente, mediante prévia justificativa, sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização (art. 43 do RCA).

12. DA CONVOCAÇÃO

- 12.1.** Após o resultado final deste processo, a **Administração do SENAI convocará oficialmente a participante vencedora ou seu representante legal, durante a validade da sua Proposta para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, assinar o contrato ou instrumento equivalente.** A participante vencedora **não poderá desistir** da assinatura do **contrato ou instrumento equivalente** sob pena da aplicação das sanções legais previstas neste Chamamento.
- 12.2.** O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma única vez, por no máximo igual período, quando solicitado pela participante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.
- 12.3.** A Convocada deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para qualificação no momento da assinatura do Contrato, bem como conservá-la durante toda a relação contratual.
- 12.4.** A recusa da Convocada de assinar o Contrato bem como os instrumentos dele decorrentes (Pedido de Compra/Autorização de Serviço), dentro de **05 (cinco) dias úteis**, contados da data de recebimento da notificação, sem motivo justo, de fato superveniente, ou com justificativa não aceita, se sujeitará às mesmas **penalidades** previstas no **item 14.1.** deste Chamamento.

13. DO PAGAMENTO

- 13.1.** O pagamento será realizado mediante apresentação de Nota Fiscal em até **30 (trinta) dias corridos**, após ateste pelo setor competente.
- 13.2.** É obrigatória a apresentação, junto com a Nota Fiscal/Fatura, dos comprovantes da Receita Federal, FGTS e Certidão Estadual/Municipal, ficando condicionado o pagamento à sua regularidade.
- 13.3.** A atestação da Nota Fiscal/Fatura referente aos materiais/serviços caberá ao SENAI/DR-MA.
- 13.4.** O SENAI/DR-MA poderá deduzir da importância a pagar, os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela participante vencedora, nos termos deste Chamamento.
- 13.5.** Nenhum pagamento será efetuado à participante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, tributária, fiscal ou trabalhista, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensações.
- 13.6.** Caso o faturamento apresente alguma incorreção, o documento será devolvido à participante e o prazo de pagamento será prorrogado pelo mesmo tempo em que durar a correção, sem quaisquer ônus adicionais para o Contratante.
- 13.7.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a participante não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, será calculada mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = encargos moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela a ser paga; e

I = índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)/365; I = 0,06/365; I = 0,00016438.$$

TX = percentual da taxa anual igual a 6%.

14. DAS SANÇÕES E PENALIDADES

- 14.1.** A recusa injustificada em assinar o Contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo fixado, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e poderá acarretar à participante as seguintes penalidades:
- Perda do direito à contratação;
 - Perda da caução em dinheiro ou execução das demais garantias de Propostas oferecidas, sem prejuízo de outras penalidades previstas no Chamamento;
 - Suspensão do direito de contratar com o SENAI por prazo não superior a 05 (cinco) anos.
- 14.2.** O descumprimento contratual por atraso na entrega do pedido/execução do serviço ou de qualquer outra Cláusula contratual, sem justificativa por escrito ou não aceita pelo Contratante, incidirá em multa, nos percentuais abaixo discriminados:
- Até 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, ou em outras situações aplicáveis;
 - 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia, sobre o valor do serviço ou da etapa em atraso até o limite de 10% (dez por cento). Após o 30º (trigésimo) dia, o Contratante poderá rescindir o Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas;
 - Quando da ocorrência de cumprimento inadequado ou imperfeito, após detecção e comprovação técnica, garantida a ampla defesa e o contraditório, reputa-se em mora, e serão incidentes as hipóteses da letra "b".
- 14.3.** A multa, quando aplicada, poderá ser descontada de pagamento eventualmente devido à Contratada, incluindo nestes a caução e demais garantias.
- 14.4.** A inexecução total ou parcial do objeto sujeitará a Contratada, garantida a prévia defesa, às seguintes penalidades: Advertência, Multa, Suspensão do direito de contratar com o SENAI por prazo não superior a 05 (cinco) anos.
- 14.5.** A multa poderá ser aplicada isoladamente ou cumulativamente com as demais sanções: Advertência, Rescisão contratual e Suspensão do direito de contratar com o SENAI por prazo até 05 (cinco) anos.
- 14.6.** A multa eventualmente imposta à Contratada será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. Caso a Contratada não tenha nenhum valor a receber ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão informados ao SPC (Serviço de Proteção ao Crédito), podendo ainda proceder a cobrança judicial da multa.
- 14.7.** Fica facultada a defesa prévia da Contratada, em qualquer caso de aplicação de penalidade, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato.

15. DO RECEBIMENTO

- 15.1.** O recebimento do objeto deste Chamamento será realizado em duas etapas:
- 15.1.1.** Expedição de "**Termo de Recebimento Provisório**", na entrega do objeto, o qual será assinado pelos representantes do SENAI/DR-MA e da participante;
 - 15.1.2.** Expedição de "**Termo de Recebimento Definitivo**", após a realização da análise da conformidade dos pedidos/serviços, de acordo com as especificações contidas neste Chamamento.
- 15.2.** O material/serviço poderá ser rejeitado quando em desacordo com o estabelecido neste Chamamento, e seus Anexos, sendo emitido um "**Termo de Recusa**", o qual será assinado pelo representante do SENAI/DR-MA.
- 15.3.** A expedição dos Termos supra, não exime a participante das demais sanções legais cabíveis, inclusive as previstas no Art. 18. da Lei nº. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
- 15.4.** O recebimento dos materiais/serviços não exclui a responsabilidade da participante pela perfeita conformidade, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da análise.

16. DO PRAZO DE EXECUÇÃO/ENTREGA E LOCAL DE ENTREGA

- 16.1.** O prazo de entrega será de acordo com o previsto no Termo de Referência, após a assinatura do Pedido de Compra/Autorização de Serviço, para a entrega dos produtos, podendo ser prorrogado uma única vez, por no máximo igual período, quando solicitado pela **participante vencedora** durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.
- 16.2.** Os materiais/serviços deverão ser entregues/executados nos locais previstos no Termo de Referência.

17. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

- 17.1.** Os contratos poderão ser aditados **em até 50% (cinquenta por cento)** do valor global atualizado do período contratado mediante justificativa.
- 17.2.** As **supressões** que se fizerem necessárias serão realizadas mediante a lavratura de Termo de Aditamento.
- 17.3.** As alterações contratuais por acordo entre as partes, desde que justificadas, e as decorrentes da necessidade de prorrogação, constarão em Termos de Aditamento.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 18.1.** A critério da Administração do SENAI, este processo de seleção poderá ter sua data de abertura dos envelopes **PROPOSTA** e **DOCUMENTAÇÃO** transferida, por conveniência exclusiva da Administração.
- 18.2.** Este Chamamento deverá ser lido e interpretado na íntegra e após a apresentação da Proposta e da documentação, **não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.**

18.3. Caberá ao SENAI:

- a) Permitir acesso dos empregados da participante vencedora às suas dependências, para a execução do objeto;
- b) Impedir que terceiros executem o objeto deste torneio;
- c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos funcionários da participante vencedora;
- d) Exercer permanente fiscalização da execução do objeto de acordo com o Termo de Referência anexo a este Chamamento;
- e) Notificar a participante vencedora, por escrito, sobre irregularidades constatadas na execução do objeto para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- f) Solicitar que sejam substituídos os materiais/serviços recusados, de acordo com as condições e especificações estabelecidas no processo.

18.4. A classificação orçamentária para este processo de seleção consta das Unidades e Centros de Responsabilidades expressos no Termo de Referência anexo a este Chamamento.

18.5. É facultada à Comissão ou à área demandante, em qualquer fase do processo de seleção, a promoção de **diligência** destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta/qualificação, salvo hipótese do **item 7.10.2.1**.

18.6. Qualquer esclarecimento ou informação complementar poderá ser obtido através do e-mail: **comissao@fiema.org.br** ou pelo telefone: **(98) 2109-1868**.

18.7. As empresas interessadas deverão manter-se atualizadas de quaisquer informações, alterações e/ou esclarecimentos sobre o Chamamento, por meio de consulta permanente aos endereços **<https://www.fiema.org.br/senai>** e **<https://transparencia.fiema.org.br/senai>**, não cabendo a esta entidade, a responsabilidade pela não observância deste procedimento.

18.8. Das reuniões públicas serão lavradas Atas, as quais serão assinadas pela Comissão e pelas participantes presentes, com os registros de todas as ocorrências.

18.9. Da decisão lavrar-se-á Ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que será assinada pela Comissão.

19. DO FORO

19.1. Para todos os efeitos legais, as partes elegem o Foro de São Luís, capital do Estado do Maranhão, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da aplicação deste Chamamento e seus Anexos.

São Luís, 18 de abril de 2024.

Fernanda Mendes Bertrand
Presidente Comissão

Alysson Diniz Maramaldo
Membro

Pollyane Christine Lima Martins
Membro

Rosilda Lopes Costa
Membro

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO

Aquisição de Kits Didáticos para Energia Renovável, a ser utilizado no curso técnico de energia renovável.

JUSTIFICATIVA

O mundo necessita do desenvolvimento das energias renováveis para compatibilizar crescimento econômico com proteção à natureza e ao planeta. Quando falamos de energia verde, estamos falando de futuro. As energias renováveis são fontes de energia que se regeneram naturalmente com o tempo e não se esgotam. Elas são a parte mais importante da transição para um sistema de energia que abandona os combustíveis fósseis, combatendo assim o aquecimento global. Também são chamadas de “energia limpas” que protegem a saúde humana e o meio ambiente.

As principais fontes de energia renovável são:

- Energia solar;
- Energia eólica;
- Energia hidrelétrica;
- Energia geotérmica,
- Energia de biomassa;
- Energia marinha.

Produzir cada vez mais energia renovável e abandonar as convencionais é uma necessidade compartilhada por todos os países do mundo, é a chamada transição de matriz energética, inclusive o Brasil que possui uma matriz energética considerada uma das mais limpas do mundo, pois nossa principal fonte de energia é a advinda das hidroelétricas.

Segundo dados do governo brasileiro¹, as energias renováveis chegam a quase 50% da matriz energética brasileira, consolidando o país na liderança de energia limpa entre os países do BRICS, sendo esse um indicador que representa o triplo da média mundial. Segundo o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) a energia eólica representa pouco mais de 11% e a energia solar em torno de 5%.

Produzir energia renovável é bom para o meio ambiente, para a economia e para as pessoas:²

- É inesgotável – as fontes renováveis estão sempre disponíveis na natureza.
- Respeitoso com o meio ambiente – produzir energia a partir de fontes renováveis reduz drasticamente as emissões de CO2 na atmosfera.
- Versátil – graças às diferenças tecnológicas, é possível produzir energia renovável em praticamente todos os cantos do mundo.
- Em evolução contínua – a inovação tecnológica torna a produção de energia renovável cada vez mais eficiente.
- Econômica – produzir energia renovável em larga escala é cada vez mais conveniente.
- Novas vagas de emprego – a economia verde exige e continuará exigindo no futuro, um número crescente de profissionais capacitados.

¹ Acessado em 10/10/2023 (<https://www.gov.br/pt-br/noticias/energia-minerais-e-combustiveis/2021/08/energia-renovavel-chega-a-quase-50-da-matriz-eletrica-brasileira>)

² Acessado em 10/10/2023 (<https://www.enelgreenpower.com/pt/learning-hub/energias-renoveveis>)

O CEPT Raimundo Franco Teixeira é referência nas áreas de eletricidade e energia, sendo que com as demandas crescentes do mercado, não deve se eximir do desenvolvimento de cursos para a preparação da mão-de-obra necessária, para a indústria da área energética. Com isso nasce a necessidade de ter-se uma base tecnológica consistente e atualizada para o desenvolvimento do curso técnico em Energia Renovável, que nos demanda a adquirirmos no mercado simuladores de alta qualidade, que possuam as mais modernas tecnologias referentes ao assunto.

ESPECIFICAÇÃO

I. Conjunto completo para estudo de energias renováveis, solar e eólica, e bancada de bombeamento solar – quantidade = 1 (um):

O objetivo desta bancada deve ser proporcionar ao aluno o estudo em laboratório de sistemas de geração de energias renováveis eólica off grid, fotovoltaica grid tie e estudo de bomba solar.

Deverá ser constituída de Equipamento para estudo de geração de energias eólica, solar e software que permita a modelagem e parametrização de circuitos elétricos com fonte de energia solar e eólica.

- ✓ Os manuais devem conter no mínimo os seguintes tópicos: roteiros experimentos e familiarização com o equipamento, resultados experimentais para Professor, roteiros com resultados experimentais e sugestões de análises dos dados, arquivo de desenhos mecânicos, todos dispostos em manuais e mídia digital
- ✓ A documentação da bancada deve abranger no mínimo, esquema elétrico completo com lista de bornes e anilhas, layout elétrico com dimensional externo e ilustrações das régua de bornes, lista de TAG's e identificações, fluxograma completo de automação com simbologia, relatório de exposição a riscos de ruído, temperatura e iluminação conforme NR-15.
- ✓ Todo material técnico e teórico da bancada deverá estar disponível através de plataforma online com ferramenta de acesso por dispositivo móvel ou PC.

⇒ Descrição dos equipamentos:

- O equipamento deverá ser composto por um módulo de seccionamento e proteção, um gerador eólico trifásico com acionamento por motor e inversor de frequência, um conjunto de placa fotovoltaica e iluminador, uma fonte para simulação de placa fotovoltaica, um conversor DC/AC off grid, um conversor DC/AC grid tie e dispositivos de aplicação de cargas de valores diversos.
- Deverá ser possível a realização de no mínimo experimentos relativos ao Gerador Eólico trifásico retificado:
 - relação entre rotação e frequência do trifásico,
 - visualização da tensão das três fases,
 - visualização da corrente das três fases,
 - família de curvas de potência versus tensão (DC) em diferentes rotações,
 - família de curvas curva de corrente versus tensão (DC) em diferentes rotações,
 - tempo de carga e descarga de bateria,
 - eficiência global do sistema – Geração AC Trifásica – Retificador – Baterias – Conversor DC-AC monofásico.
- Relativo ao gerador fotovoltaico:
 - relação entre radiação e potência elétrica em placas fotovoltaicas,
 - família de curvas de potência versus tensão (DC) em diferentes radiações,
 - família de curvas curva de corrente versus tensão (DC) em diferentes radiações,
 - sincronismo com a Rede AC (barramento infinito),
 - eficiência global do sistema – Geração fotovoltaica DC – Conversor DC-AC monofásico.

- ✓ Deverá ser fornecido um software para monitoramento dos experimentos rodando em ambiente Windows®, elaborado em LabView®, em português brasileiro, tela de configuração do experimento, possibilidade de salvar os resultados dos experimentos em formato compatível com planilhas eletrônicas.
 - ✓ Deverá ser construída de forma a todos os equipamentos serem montados em bancada única com tampo de trabalho em compensado naval revestido com fórmica branca granito (não serão aceitos tampos em MDF, MDP e similares que não sejam resistentes a água e umidade), gaveteiro com duas gavetas para guardar manuais e equipamentos, suporte lateral para organizar os cabos em uso construído em aço e dispostos em forma de “pente”, base inferior para montagem do conjunto motor e gerador construído em aço, diagrama indicativo dos diversos equipamentos e instrumentos,
 - ✓ Deverá seguir rigorosamente todas as recomendações da NR-10, construída em aço carbono com pintura anticorrosiva e rodízios para movimentação com alimentação: 380Vac, trifásico com potência de 4,0 kVA máx.
 - ✓ Deverão ser fornecidos jumpers banana rígidos para conexão entre bornes adjacentes proporcionando uma montagem limpa e segura aos alunos.
 - ✓ Deverá ser fornecido um conjunto de cabos para realização de todos os experimentos propostos. Os cabos devem ser do tipo extraflexível, com bitola nominal de no mínimo 1,5 mm², com bornes de segurança em ambos os lados sendo no mínimo 12 (doze) na cor amarelo, 4 (quatro) na cor azul, 8 (oito) na cor verde, 2 (dois) na cor cinza, 12 (doze) na cor branco, 6 (seis) na cor preto e 2 (dois) na cor vermelho.
- ⇒ Para o módulo de geração eólica, deverá conter no mínimo:
- um conjunto Motor e Gerador Eólico trifásico retificado, com gerador de no mínimo 350W com geração em no mínimo 48Vac sem neutro, com excitação de campo por ímãs permanentes, montado em base de aço com no mínimo seis pés antivibração, alças para transporte, com proteção nos acoplamentos elásticos (partes girantes) e com painel de conectores e bornes para o fechamento elétrico do gerador;
 - O gerador deve ser acionado por um motor CA compatível (com velocidades similares as rotações de um gerador convencional de campo, com painel de conectores e bornes para o fechamento elétrico do motor, com variação de velocidade por inversor de frequência com três entradas analógicas, duas saídas analógicas, duas saídas a relê, seis I/O's digitais, fonte 24Vdc, ajuste de velocidade por potenciômetro frontal, inversor com comunicação por rede modbus interligado com software em Ambiente de Programação gráfica;
 - O conjunto motor gerador deverá ser monitorado por um módulo com indicadores digitais de tensão CC de saída, corrente CC de saída, velocidade de rotação do gerador (medida por sensor indutivo ou encoder acoplado ao eixo), os valores da geração trifásica devem ser acessíveis via bornes e as grandezas de tensão, corrente e velocidade disponíveis na rede modbus e monitorados por software em Ambiente de Programação gráfica;
 - Deverá possuir um módulo controlador de carga (carregador de baterias) com entrada nominal 24Vdc, saída nominal 24Vdc, montado com resistência e ventilação forçada para dissipação do excedente de energia e com indicador digital de tensão do banco de baterias;
 - Um módulo de banco de baterias com tensão nominal 24Vdc, corrente nominal 7Ah, indicador analógico de tensão, indicador analógico de corrente, um disjuntor de proteção, bornes para conexão de banco de baterias auxiliar;
 - Um módulo conversor DC – AC com tensão nominal de entrada 24Vdc, tensão de saída 220Vac, monofásico, saída senoidal modificada, off grid, potência nominal de 350W, sinaleiro de indicação de saída energizada, uma tomada ABNT 10A para consumo de energia gerada.
 - Deverá ser fornecido módulo de cargas elétricas resistivas para ensaio do gerador eólico, sendo 9 (nove) resistores compatíveis com a capacidade do gerador, deve ser possível combinar e simular diversas condições de carga em série e paralelo, conexão para os experimentos através de bornes de segurança, construção em chapas de aço, policarbonato frontal com diagrama

elétrico e indicações de conexões e montagem na bancada sobreposto com pés de borracha e alças para transporte, sem utilização de ferramentas;

- ⇒ Para o módulo de geração fotovoltaica, deverá conter no mínimo:
- Um módulo com placa fotovoltaica de 260W com conectores MC4, conjunto de cabos e extensões específicos para uso com energia fotovoltaica, montagem em Rack com escala graduada em graus para variação do ângulo de incidência da luz e montagem sob rodízios;
 - Um módulo simulador de placa fotovoltaica customizado para a aplicação, constituído com uma fonte com características similares a uma placa fotovoltaica (não serão aceitas fontes comuns de mercado) que poderá ser colocada em série com a placa fotovoltaica fornecida, tensão ajustável de 24 a 72Vdc, indicação analógica de tensão de saída, indicação analógica de corrente de saída e conexão com conectores MC4;
 - Um módulo iluminador com oito refletores de 300W, totalizando 2.400W, alimentação 220Vac, com plug padrão ABNT 20A, dimmer para ajuste da potência do iluminador e montagem em Rack com rodízios para movimentação;
 - Um módulo conversor DC – AC grid tie com potência nominal 1000W, tensão nominal de saída: 220Vac, corrente nominal de saída: 4,7A, frequência nominal de saída: 60Hz, faixa de operação do PMP: 60 a 180Vd, certificado pelo Inmetro para sincronismo com a rede (barramento infinito) e conexão por bornes banana de segurança e conectores MC4;
 - Deverá ser fornecido módulo de cargas elétricas resistivas para ensaio da placa fotovoltaica, sendo construída com resistores compatíveis com a capacidade da placa, deve ser possível combinar e simular diversas condições de carga em série e paralelo, conexão para os experimentos através de bornes de segurança, construção em chapas de aço, policarbonato frontal com diagrama elétrico e indicações de conexões e montagem na bancada sobreposto com pés de borracha e alças para transporte, sem utilização de ferramentas;
 - Deverá ser previsto na entrada de alimentação da bancada um módulo de seccionamento e proteção padrão industrial, com uma chave seccionadora de segurança, um disjuntor de proteção de entrada AC da rede de alimentação 380Vac, um interruptor diferencial para proteção dos alunos contra choques elétricos, um botão de emergência interligado a um contator de potência e duas tomadas auxiliares padrão industrial com tampa de proteção IP65 e tensão 220Vac. A conexão com a rede elétrica local deve ser através de um cabo de força de quatro metros, 3P+T, com tomada padrão industrial quatro ou cinco polos, com conexão para os experimentos através de bornes de segurança, construção em chapas de aço, policarbonato frontal com diagrama elétrico e indicações de conexões e montagem na bancada através de encaixe, sem utilização de ferramentas;
 - Devem ser fornecidos dois multímetros auxiliares para os experimentos e conversor USB/RS485 para conexão com o PC/Software de monitoramento;
 - Deverá ser fornecido um software de aquisição de dados padrão industrial, programado em Ambiente de Programação gráfica, em português, com possibilidade de salvar os resultados dos experimentos em formato compatível com planilhas eletrônicas, conectado à rede modbus, conexão via porta usb com computador e conversor para RS45 modbus RTU, deverá possuir o reconhecimento automático dos dispositivos conectados à rede e conter telas dedicadas a cada experimento disponível no equipamento.
- ⇒ Para a bancada para estudo de bomba solar:
- A bancada para estudo de bomba solar deverá permitir o bombeamento de água de um poço ou similar sem a necessidade de energia elétrica da rede e nem de baterias.
 - Deverá possuir um controlador interligado diretamente ao painel fotovoltaico que fornece a energia necessária para o funcionamento do sistema.
 - O módulo de estudo em bomba solar deverá executar no mínimo os seguintes experimentos:
 - levantamento da curva altura manométrica Δh versus vazão q da bomba,
 - levantamento da curva de tensão versus vazão a pressão constante,

- influências da quantidade de irradiação solar na potência hidráulica gerada pela bomba, dentre outros.
- A estrutura deverá ser construída em aço carbono com pintura eletrostática anticorrosiva, deverá contar com rodízios para facilitar locomoção, pelo menos uma bomba solar de 200W para trabalho submerso/poço ou superior, com vazão aproximada de 7m³/dia, dois reservatórios montados em desnível com capacidade nominal aproximada de 30 litros cada, confeccionado em acrílico, válvulas de ajuste para realização dos experimentos e tubulação em PVC. Deve ser previsto também chaves de nível para simulação realista das condições de funcionamento em campo.
- A bancada deverá ter sua instrumentação composta por um rotâmetro e um manômetro *gauge*, ambos na faixa de vazão compatível com os experimentos.
- A bancada deverá promover medições de consumo de energia elétrica permitindo estimar o rendimento global do conjunto motobomba e assim avaliar a influência no consumo de energia elétrica em função da potência hidráulica exigida da bomba.
- O comando deverá ser composto por chaves de partida em cofre ou similar e seguir as boas práticas de engenharia e todas as recomendações da NR-10.
- Todo cabeamento elétrico da bancada deve estar identificado com luvas e anilhas conforme o esquema elétrico e devem ter terminais para conexão aos elementos, além de seguirem os padrões de cores e de isolamento, conforme boas práticas de engenharia os elementos da bancada deverão ter TAG's de identificação conforme diagramas de automação.
- Deverá conter um conjunto de cabos e conectores nos padrões fotovoltaicos (MC4) para interligação com os painéis fotovoltaicos compatíveis.
- A documentação da bancada deve abranger no mínimo, esquema elétrico completo com lista de bornes e anilhas, leiaute elétrico com dimensional externo e ilustrações das régua de bornes, lista de *tags* e identificações, mapa de pinagem da rede e de todas entradas e saídas que fazem interface com todos os elementos da bancada, fluxograma completo de automação com simbologia conforme a norma ISA, relatório de exposição a riscos de ruído, temperatura e iluminação conforme NR-15, manual completo contendo no mínimo experimentos de relação entre velocidade e frequência gerada no gerador eólico, controle de tensão e frequência de geração, energia industriais, potência complexa, potência ativa, reativa e aparente, correção de fator de potência, sistema trifásico com visualização das três fases e da defasagem, entre outras.
- Deverá ser fornecido um vídeo demonstrando a utilização de cada módulo fornecido com a bancada incluindo conexões dos cabos banana por módulo, posta em marcha, realização de medidas. O vídeo deve conter a forma progressiva de utilização da bancada começando pela entrada de seccionamento e proteção, ligação do inversor de frequência e motor, ligação de módulos de fonte e instrumentação do gerador eólico e das placas fotovoltaicas, conexões do módulo de cargas e demonstração do sincronismo com a rede da concessionária.
- Deverá acompanhar a bancada, um conjunto de manuais e arquivo de desenhos mecânicos. Todo material técnico e teórico da bancada deverá estar disponível através de plataforma online com ferramenta de acesso por dispositivo móvel ou PC.
- Não serão aceitos catálogos montados com "cópia e cola" do edital,
- Não serão aceitas fotos ilustrativas nem desenhos técnicos e/ou realísticos como prova de fabricação anterior ou cumprimento do disposto no edital.
- Poderão ser solicitados a critério da comissão julgadora qualquer documentação referente a documentação da bancada a fim de comprovar o completo atendimento ao disposto no edital.

II. Módulo de Estudo H2 Verde.

- ⇒ Composto por gerador de hidrogênio a partir de água;
- ⇒ Reservatório exclusivo para hidrogênio;
- ⇒ Reservatório exclusivo para oxigênio;
- ⇒ Dispositivo para medição de vazão de produção de hidrogênio e de oxigênio, mangueiras e conexões para montagem;
- ⇒ Dispositivo para liberação do oxigênio e hidrogênio;

- ⇒ Conectores MC4 para a placa solar, dispositivo de controle de tensão e corrente;
- ⇒ Indicador de tensão e corrente digital, no gerador de hidrogênio

Observação: deverá ser um módulo acoplado ao item 1.

III. Software Simulador para desenvolvimento de Projetos em Energia Renovável com 11 Licenças.

- ⇒ Deverá possuir biblioteca para projetos de sistema de média tensão,
- ⇒ contar com fontes trifásicas, transformadores, motores trifásicos, proteções entre outros.
- ⇒ Deverá simular: Calcular potência e energia: ativa, reativa e aparente do sistema trifásico; Cálculos de corrente; Simular cabos e fios com diferentes resistividade e diâmetro; Multímetro, alicate amperímetro e osciloscópios digitais; Construir painel de controle em escala; Simular curvas de acionamento térmico e magnético; Deverá possuir ferramenta gráfica para medição de todos os elementos elétricos tendo as opções de gráficos de 2 variáveis sendo $y(t)$ e $y(x)$ e de 3 variáveis sendo $z(x,y)$;
- ⇒ Deverá possuir biblioteca com componentes digitais para a criação de painéis de controle que são utilizados para controlar a máquina virtual. Alguns componentes: Luzes, buzinas, potenciômetros, botões, botões de emergência etc. Deverá permitir a comunicação entre hardware e software através do protocolo OPC. Desta maneira os alunos poderão desenvolver máquinas virtuais no software e controladas através de controladores (CLP) externos. Deverá possuir biblioteca para projetos de sistema de alta tensão, transmissão de energia etc.
- ⇒ Deverá permitir inserir falhas em um ou mais componentes que fazem parte de sistemas elétricos, pneumáticos e hidráulicos, com o objetivo de avaliar a reação do sistema mediante a falha inserida.
- ⇒ Os manuais devem contar no mínimo os seguintes tópicos: roteiros experimentos e familiarização com o equipamento, resultados experimentais para Professor, roteiros com resultados experimentais e sugestões de análises dos dados, arquivo de desenhos mecânicos, todos dispostos em manuais e mídia digital.

VALOR ESTIMADO (R\$)

PERÍODO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO OU PRAZO DE ENTREGA DO MATERIAL

06 (seis) meses após a assinatura do contrato.

PERÍODO DE VIGÊNCIA

A vigência será de 90 (noventa) dias.

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Unidade	Centro de Responsabilidade	Conta Contábil	Saldo
03.02.01.01	3.07.10.01.01.01	3.20.10.10.30.06	
03.02.01.01	3.07.10.01.01.01	3.10.10.62.80.01	

Obs.1: Esta despesa faz parte do projeto de modernização do CEPT RFT.

Obs.2: Deverá ser feita a transposição de saldo orçamentário da conta 3.10.10.62.00.01 – Técnicos especializados, cujo saldo atual deverá ser consultado, para suprir o déficit da conta 3.10.10.62.80.01.

LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO OU ENTREGA DO MATERIAL

CEPT Raimundo Franco Teixeira (São Luís)

Endereço: Avenida Getúlio Vargas, 2888, Monte Castelo, São Luís - MA, CEP: 65030-005

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- Promover o acompanhamento e a fiscalização da energia dos serviços por um colaborador especialmente designado pela DIREG do SENAI, sob os aspectos quantitativos e qualitativos;

- Efetuar o pagamento dos serviços fornecidos pela CONTRATADA conforme notas fiscais com o devido "atesto";
- Propiciar o acesso dos profissionais da Contratada as suas dependências;
- Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada, proporcionando todas as condições para que possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos estabelecidos.
- Comunicar imediatamente a Contratada sobre qualquer irregularidade manifestada no fornecimento do objeto.
- Exibir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
 - a. Regularidade Fiscal;
 - b. Fiscalização da execução do objeto.
- Notificar a contratada sobre eventuais irregularidades verificadas durante a execução contratual, para que sejam adotadas as medidas corretivas, no prazo estabelecido pela fiscalização;
- Aplicar as sanções estabelecidas no instrumento contratual em caso de descumprimento das obrigações assumidas.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. Entregar os equipamentos na quantidade e nas especificações descritas neste Termo de Referência;
2. Executar fielmente o objeto contratado, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários para o cumprimento integral das obrigações;
3. Manter sigilo sobre quaisquer informações do SENAI às quais tenham acesso, utilizando-as apenas para as finalidades previstas na contratação, não podendo revelá-los ou facilitar a sua revelação a terceiros, respondendo administrativamente, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e /ou incorreta de sua descuidada utilização;
4. Responder por quaisquer danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
5. Prestar os esclarecimentos desejados bem como dar ciência imediata e por escrito ao SENAI sobre qualquer anormalidade que possa afetar a execução do contrato;
6. Comunicar ao SENAI/MA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a data de entrega dos equipamentos, justificando e comprovando os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto;
7. Ficam vedadas a subcontratação total ou parcial do objeto, pela contratada a outra empresa, e a cessão ou transferência total ou parcial do objeto do contrato;
8. Entregar os equipamentos dentro do prazo e dentro dos parâmetros estabelecidos nas especificações, com a observância das recomendações da legislação pertinente;
9. Responsabilizar-se por todos os impostos, seguros, taxas, encargos, decorrentes do objeto do presente instrumento;
10. Prestar a **garantia** de acordo com a fornecida pelo fabricante **12 (doze) meses**, após a entrega técnica, com cobertura total das peças dos equipamentos;
11. O suporte técnico a ser prestado pela Contratada tem por objeto a correção de falhas ou inconsistências detectadas de forma a garantir o pleno, correto e seguro funcionamento do sistema;
12. Prestar a assistência técnica devida, preferencialmente local, arcando com as despesas de envio do(s) equipamento(s) quando a assistência for realizada fora da sede do CONTRATANTE;
13. Os equipamentos deverão ser entregues e montados na unidade operacional contratante, SENAI – CEPT Raimundo Franco Teixeira. Todos os custos inerentes para efetivação do transporte e montagem do equipamento serão de responsabilidade da CONTRATADA.

14. Os itens podem ser propostos de forma separada, desde que seja garantida a compatibilidade com o restante dos equipamentos.
15. A CONTRATADA deverá proporcionar treinamento de manutenção, funcionamento e melhores práticas para a equipe técnica. Somente após o treinamento, com a bancada em perfeito funcionamento, é que se dará por aceita a entrega técnica.

SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO

1. Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas no instrumento contratual e pela verificação de quaisquer das situações, o SENAI/MA poderá aplicar as seguintes penalidades sem o prejuízo de outras:
 - a. Advertência;
 - b. Multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da proposta definitiva, pela recusa injustificada do adjudicatário de aceitar a Nota de Empenho, sem prejuízo para as demais penalidades;
2. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunidade enviada pela Contratante;
3. As penalidades previstas no presente termo poderão ser reveladas, em todo ou em parte, quando o atraso no fornecimento for devidamente justificado e comprovado pela contratada, por escrito no prazo máximo de 05 (cinco) dias da ocorrência, em caso fortuito ou motivo de força maior;
4. Os valores das multas aplicadas deverão ser recolhidos ao Departamento Regional do SENAI/MA, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a administração do SENAI/MA reter o valor correspondente de pagamento futuros devidos à contratada, ou ainda cobrá-las judicialmente, com os encargos correspondentes;
5. Para as penalidades previstas neste Termo de Referência será garantido o direito ao
6. contraditório e à ampla defesa;
7. Demais Sanções estabelecidas pela Unidade Jurídica desta instituição.

SETOR / DEPARTAMENTO PARA ONDE SE DESTINA O BEM (SOMENTE PARA BENS PATRIMONIAIS)**SENAI - CEPT Raimundo Franco Teixeira (São Luís)**

Endereço: Avenida Getúlio Vargas, 2888, Monte Castelo, São Luís - MA, CEP: 65030-005

Cidade: São Luís / Telefone(s): (98) 99219-8245

UNIDADE DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO (TELEFONE E E-MAIL)

CEPT – Raimundo Franco Teixeira

E-mail: josuebarreto@fiema.org.br

Fone: (98) 99181 0701

ELABORADOR DO TERMO DE REFERÊNCIA

Josué Sucupira Barreto

RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

Josué Sucupira Barreto

RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA (GESTOR DA UNIDADE)

José Domingos Rocha

ANEXO II

ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO (R\$)	VALOR TOTAL MÁXIMO (R\$)
01	<p>CONJUNTO COMPLETO PARA ESTUDO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS, SOLAR E EÓLICA, E BANCADA DE BOMBEAMENTO SOLAR</p> <p>O OBJETIVO DESTA BANCADA DEVE SER PROPORCIONAR AO ALUNO O ESTUDO EM LABORATÓRIO DE SISTEMAS DE GERAÇÃO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS EÓLICA OFF GRID, FOTOVOLTAICA GRID TIE E ESTUDO DE BOMBA SOLAR. DEVERÁ SER CONSTITUÍDA DE EQUIPAMENTO PARA ESTUDO DE GERAÇÃO DE ENERGIAS EÓLICA, SOLAR E SOFTWARE QUE PERMITA A MODELAGEM E PARAMETRIZAÇÃO DE CIRCUITOS ELÉTRICOS COM FONTE DE ENERGIA SOLAR E EÓLICA. OS MANUAIS DEVEM CONTER NO MÍNIMO OS SEGUINTE TÓPICOS: ROTEIROS EXPERIMENTOS E FAMILIARIZAÇÃO COM O EQUIPAMENTO, RESULTADOS EXPERIMENTAIS PARA PROFESSOR, ROTEIROS COM RESULTADOS EXPERIMENTAIS E SUGESTÕES DE ANÁLISES DOS DADOS, ARQUIVO DE DESENHOS MECÂNICOS, TODOS DISPOSTOS EM MANUAIS E MÍDIA DIGITAL</p> <p>A DOCUMENTAÇÃO DA BANCADA DEVE ABRANGER NO MÍNIMO, ESQUEMA ELÉTRICO COMPLETO COM LISTA DE BORNES E ANILHAS, LAYOUT ELÉTRICO COM DIMENSIONAL EXTERNO E ILUSTRAÇÕES DAS RÉGUAS DE BORNES, LISTA DE TAG'S E IDENTIF</p>	CJT	1	462.274,37	462.274,37
02	<p>MÓDULO DE ESTUDO H2 VERDE</p> <p>COMPOSTO POR: GERADOR DE HIDROGÊNIO A PARTIR DE ÁGUA; RESERVATÓRIO EXCLUSIVO PARA HIDROGÊNIO; RESERVATÓRIO EXCLUSIVO PARA OXIGÊNIO; DISPOSITIVO PARA MEDIÇÃO DE VAZÃO DE PRODUÇÃO DE HIDROGÊNIO E DE OXIGÊNIO, MANGUEIRAS E CONEXÕES PARA MONTAGEM; DISPOSITIVO PARA LIBERAÇÃO DO OXIGÊNIO E HIDROGÊNIO; CONECTORES MC4 PARA A PLACA SOLAR, DISPOSITIVO DE CONTROLE DE TENSÃO E CORRENTE; INDICADOR DE TENSÃO E CORRENTE DIGITAL, NO GERADOR DE HIDROGÊNIO</p> <p>Obs.: deverá ser um módulo acoplado ao item 1.</p>	UND	1	61.295,00	61.295,00

03	SOFTWARE SIMULADOR PARA DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS EM ENERGIA RENOVÁVEL DEVERÁ POSSUIR BIBLIOTECA PARA PROJETOS DE SISTEMA DE MÉDIA TENSÃO, CONTAR COM FONTES TRIFÁSICAS, TRANSFORMADORES, MOTORES TRIFÁSICOS, PROTEÇÕES ENTRE OUTROS. DEVERÁ SIMULAR: CALCULAR POTÊNCIA E ENERGIA: ATIVA, REATIVA E APARENTE DO SISTEMA TRIFÁSICO; CÁLCULOS DE CORRENTE; SIMULAR CABOS E FIOS COM DIFERENTES RESISTIVIDADE E DIÂMETRO; MULTÍMETRO, ALICATE AMPERÍMETRO E OSCILOSCÓPIOS DIGITAIS; CONSTRUIR PAINEL DE CONTROLE EM ESCALA; SIMULAR CURVAS DE ACIONAMENTO TÉRMICO E MAGNÉTICO; DEVERÁ POSSUIR FERRAMENTA GRÁFICA PARA MEDIÇÃO DE TODOS OS ELEMENTOS ELÉTRICOS TENDO AS OPÇÕES DE GRÁFICOS DE 2 VARIÁVEIS SENDO Y(T) E Y(X) E DE 3 VARIÁVEIS SENDO Z(X,Y); DEVERÁ POSSUIR BIBLIOTECA COM COMPONENTES DIGITAIS PARA A CRIAÇÃO DE PAINÉIS DE CONTROLE QUE SÃO UTILIZADOS PARA CONTROLAR A MÁQUINA VIRTUAL. ALGUNS COMPONENTES: LUZES, BUZINAS, POTENCIÔMETROS, BOTÕES, BOTÕES DE EMERGÊNCIA ETC. DEVERÁ PERMITIR A COMUNICAÇÃO ENTRE HARDWAR	UND	1	232.303,83	232.303,83
VALOR TOTAL					755.873,20

Obs.: O **valor total do item** será igual à multiplicação da **quantidade** pelo **valor unitário máximo**. O **valor total da proposta** será igual ao **somatório** do valor total de cada item.

ANEXO III

PROPOSTA DE PREÇOS PADRONIZADA

1. Cotamos o valor de R\$ _____ (_____) para o objeto a ser fornecido, conforme **Anexo II**.
2. O prazo de eficácia desta proposta é de **90 (noventa) dias**, a contar da data de abertura do seu respectivo envelope, estabelecida no **Chamamento Nº 012/2024 - Disputa Aberta**.
3. Fica estabelecido o prazo de até **06 (seis) meses**, após o recebimento do Pedido de Compra/ Autorização de Serviço, para a entrega dos materiais, podendo ser prorrogado uma única vez, por no máximo igual período, quando solicitado pela **participante vencedora** durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.
4. Declaramos que, no preço cotado, estão embutidos todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer tributos, contribuições ou obrigações decorrentes da legislação trabalhista, tributária, fiscal, previdenciária e do frete, se houver.
5. Estamos cientes e concordamos que na seleção dos produtos ofertados para a execução do contrato deveremos atender ao nível de qualificação e especificação exigida no Chamamento, e seus anexos, de modo a se resguardar a qualidade do atendimento às Unidades do **SENAI/MA**.

São Luís, ____ de _____ de _____.

(Representante Legal)

Dados do representante da empresa que assinará o termo de contrato, conforme consta no contrato social.

Nome: _____

Nacionalidade: _____ Profissão: _____

Estado Civil: _____ Identidade: _____

Órgão: _____ Data de emissão: __/__/__ CPF: _____

Dados bancários da empresa participante.

Banco: _____ Agência: _____ Conta: _____

Operação: _____

Observação:

**Emitir em papel timbrado que identifique a participante, com o CNPJ.
O Anexo II é parte integrante da Proposta de Preços.**



Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

PELO FUTURO DO TRABALHO

ANEXO IV

CARTA DE REPRESENTAÇÃO

CHAMAMENTO Nº 012/2024 - DISPUTA ABERTA

Por esta, fica credenciado(a) o(a) Senhor(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº. _____, expedida pela _____, inscrito(a) no CPF sob o nº. _____ para representar a empresa _____, inscrita no CNPJ nº. _____, nos autos referentes ao processo de seleção em epígrafe, na qualidade de **representante legal**, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em seu nome, bem como formular proposta técnica e ou comercial, assinar documentos, requerer vista de documentos e proposta, apresentar pedido de reconsideração e participar de todos os atos inerente à disputa e a que tudo daremos por firme e valioso.

Cidade/Estado, _____ de _____ de 2024.

Atenciosamente,

Assinatura e Carimbo
(Representante Legal)

Observação: Emitir em papel timbrado que identifique a participante, com o CNPJ.



Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

PELO FUTURO DO TRABALHO

ANEXO V

DECLARAÇÃO

CHAMAMENTO Nº 012/2024 - DISPUTA ABERTA

Ao
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI
Departamento Regional do Maranhão

(Nome da Empresa / Razão Social) _____, CNPJ
_____, sediada à _____
_____ (endereço completo), DECLARA sob as penas da Lei:

- I. Que, até a presente data, inexistem fato(s) superveniente(s) impeditivo(s) para a sua qualificação no presente Processo de Seleção, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- II. Que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz, nos termos da Lei (art. 7º, Inciso XXXIII, CF);
- III. Ter recebido todos os documentos e informações, conhecer e acatar as condições para o cumprimento das obrigações objeto deste processo de seleção;
- IV. Na qualidade de proponente neste processo, não ter sido declarada inidônea ou suspensa de licitar, participar de processos de seleção ou contratar por qualquer uma das entidades jurisdicionadas ao SISTEMA "S", bem como pela Administração Pública;
- V. A proposta apresentada engloba todas as despesas referentes a prestação dos serviços, bem como todos os tributos, encargos sociais e trabalhistas e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta contratação, e, que os serviços ofertados atendem integralmente a todos os requisitos especificados no Ato de Chamamento Público e seus anexos.

Cidade/Estado, _____ de _____ de 2024.

Atenciosamente,

Assinatura e Carimbo
(Representante Legal)

Observação: Emitir em papel timbrado que identifique a participante, com o CNPJ.

ANEXO VI

MINUTA DO CONTRATO

Contrato nº. /2024

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI E A EMPRESA _____ NOS TERMOS DO CHAMAMENTO Nº 012/2024 - DISPUTA ABERTA.

CONTRATANTE: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL, DEPARTAMENTO REGIONAL DO MARANHÃO - SENAI/DR-MA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 03.775.543/0001-79, com sede na Av. Jerônimo de Albuquerque, s/nº, Edifício Casa da Indústria Albano Franco, 2º andar, retorno da Cohama, São Luís/MA, neste ato representado por seu Diretor Regional, o Sr. Raimundo Nonato Campelo Arruda, doravante denominado **CONTRATANTE**; e

CONTRATADA: _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida em _____, neste ato representada por _____, CPF nº _____, doravante denominada

CONTRATADA;

Resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, que será regido pelo **Regulamento para Contratação e Alienação do SENAI**, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, as normas gerais vigentes, mediante cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a **Aquisição de Kits Didáticos para serem utilizados no curso técnico de energia renovável do Centro de Educação Profissional e Tecnológica Raimundo Franco Teixeira**, nas quantidades e características exigidas, conforme Termo de Referência e Anexos deste Chamamento.

Parágrafo Primeiro – A contratação do objeto estipulado neste Contrato obedecerá ao disposto no Chamamento nº. 012/2024 - Disputa Aberta e seus Anexos e na Proposta de Preços da CONTRATADA, documentos estes considerados parte integrante e complementar deste instrumento, independentemente de transcrição.

Parágrafo Segundo – A aquisição ora contratada foi objeto do Chamamento na modalidade Disputa Aberta, na forma do Regulamento para Contratação e Alienação do SENAI, e, subsidiariamente, das normas gerais vigentes.

Parágrafo Terceiro – O responsável pelo acompanhamento e fiscalização deste Contrato será designado através de Portaria específica.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

O preço máximo dessa contratação é de **R\$** ().

Parágrafo Único – No valor unitário fixado no *caput* desta Cláusula, estão incluídos todos os ônus e custos de materiais, encargos trabalhistas, previdenciários e sociais com mão-de-obra, tributários, e com equipamentos necessários à perfeita execução/entrega do objeto, não cabendo ao CONTRATANTE qualquer responsabilidade pelo recolhimento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

Fica estabelecido o prazo de até **06 (seis) meses**, após o recebimento do Pedido de Compra/Autorização de Serviço, para a entrega dos materiais, podendo ser **prorrogado uma única vez**, por no máximo igual período, quando solicitado pela **participante vencedora** durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

O prazo de vigência do Contrato será de **90 (noventa) dias**.

Parágrafo Primeiro – A administração do SENAI/DR-MA convocará oficialmente a Contratada, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, para aceitar ou retirar o Autorização de Fornecimento/Serviço, sob pena de decair o direito a execução, sem prejuízo das sanções legais previstas.

Parágrafo Segundo – Os materiais/serviços deverão ser entregues/executados no **CEPT Raimundo Franco Teixeira**, localizado na Av. Getúlio Vargas, nº 2888, Monte Castelo, São Luís - MA, CEP: 65030-005.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

O pagamento será realizado mediante apresentação de Nota Fiscal em até **30 (trinta) dias corridos**, após ateste pelo setor competente.

Parágrafo Primeiro – É obrigatória a apresentação, junto com a Nota Fiscal/Fatura, dos comprovantes da Receita Federal, FGTS e Certidão Estadual/Municipal, ficando condicionado o pagamento à sua regularidade.

Parágrafo Segundo – A atestação da Nota Fiscal/Fatura referente aos materiais/serviços caberá ao SENAI/DR-MA.

Parágrafo Terceiro – O SENAI/DR-MA poderá deduzir da importância a pagar, os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela participante vencedora, nos termos deste Chamamento.

Parágrafo Quarto – Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, tributária, fiscal ou trabalhista, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensações.

Parágrafo Quinto – A Contratada autoriza o Contratante a efetuar o pagamento remanescente em juízo para garantir o FGTS, débitos trabalhistas e previdenciários **diante do descumprimento das obrigações da empresa para com seus empregados**.

Parágrafo Sexto – Caso o faturamento apresente alguma incorreção, o documento será devolvido à participante e o prazo de pagamento será prorrogado pelo mesmo tempo em que durar a correção, sem quaisquer ônus adicionais para o Contratante.

Parágrafo Sétimo – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a participante não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, será calculada mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = encargos moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela a ser paga; e

I = índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)/365; I = 0,06/365; I = 0,00016438.$$

TX = percentual da taxa anual igual a 6%.

CLÁUSULA QUINTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

É vedada a subcontratação de outra empresa para a execução do objeto deste torneio.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

A rescisão poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:

- Administrativamente, a qualquer tempo, por ato unilateral e escrito do Contratante, nos casos enumerados no Regulamento para Contratação e Alienação do SENAI, e, subsidiariamente, naqueles listados nas normas gerais vigentes;
- Judicialmente, nos termos da legislação;
- O não cumprimento por uma das partes, de quaisquer das condições previstas no presente Contrato, no Chamamento e seus Anexos, dará a outra o direito de rescindi-lo, ficando a parte faltosa responsável pelas obrigações que advirem relativas à aquisição do material.

Parágrafo Primeiro – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Segundo - As responsabilidades imputadas à Contratada, por prejuízos decorrentes de ações delitivas perpetradas contra o Contratante, não cessam com a rescisão do Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Parágrafo Primeiro – A recusa injustificada da participante vencedora em assinar o Contrato ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo fixado, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e poderá acarretar as seguintes penalidades:

- Perda do direito à contratação;
- Perda da caução em dinheiro ou execução das demais garantias de propostas oferecidas, sem prejuízo de outras penalidades previstas no instrumento convocatório;
- Suspensão do direito de contratar com o SENAI por prazo não superior a 05 (cinco) anos.

Parágrafo Segundo – O descumprimento contratual, por atraso na entrega do material/ execução do serviço, ou de qualquer outra Cláusula contratual, sem justificativa por escrito ou não aceita pelo Contratante, incidirá em multa, nos percentuais abaixo discriminados:

- a) Até 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, ou em outras situações aplicáveis;
- b) 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia, sobre o valor do pedido/serviço ou da etapa em atraso. Após o 30º (trigésimo) dia, o Contratante poderá rescindir o Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas;
- c) Quando da ocorrência de cumprimento inadequado ou imperfeito, após detecção e comprovação técnica, garantida a ampla defesa e o contraditório, reputa-se em mora, e serão incidentes as hipóteses da letra "b".

Parágrafo Terceiro – A multa, quando for aplicada, poderá ser descontada de pagamento eventualmente devido à contratada, incluindo nestes a caução e demais garantias.

Parágrafo Quarto – A inexecução total ou parcial do objeto sujeitará a Contratada, garantida a prévia defesa, às seguintes penalidades: Advertência, Multa, Suspensão do direito de contratar com o SENAI por prazo não superior a 05 (cinco) anos.

Parágrafo Quinto – A multa poderá ser aplicada isoladamente ou cumulativamente com as demais sanções: Advertência, Rescisão contratual e Suspensão do direito de contratar com o SENAI por prazo de até 05 (cinco) anos.

Parágrafo Sexto – A multa eventualmente imposta à Contratada será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. Caso a Contratada não tenha nenhum valor a receber ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão informados ao SPC (Serviço de Proteção ao Crédito), podendo ainda proceder a cobrança judicial da multa.

Parágrafo Sétimo - Fica facultada a defesa prévia da participante, em qualquer caso de aplicação de penalidade, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato.

CLÁUSULA OITAVA – DA APLICAÇÃO DE ADVERTÊNCIA

A advertência poderá ser aplicada quando ocorrer:

- a) Descumprimento das obrigações contratuais, especialmente aquelas relativas às características dos bens, qualidade, quantidade, prazo ou recusa de fornecimento ou entrega, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior e aqueles que não acarretem prejuízos para o SENAI/DR-MA;
- b) Execução insatisfatória ou pequenos transtornos ao desenvolvimento do contrato desde que sua gravidade não recomende a aplicação da suspensão temporária.

CLÁUSULA NONA – DAS MULTAS

A multa poderá ser aplicada isoladamente ou cumulativamente com as demais sanções: Advertência, Rescisão Contratual e Suspensão do Direito de contratar com o SENAI por prazo até 05 (cinco) anos.

Parágrafo Primeiro – A multa eventualmente imposta à Contratada será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. Caso a Contratada não tenha nenhum valor a receber ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa.

Parágrafo Segundo – A Contratada desde logo autoriza o Contratante a descontar dos valores por ele devidos o montante das multas a ela aplicadas.

Parágrafo Terceiro – Fica facultada a defesa prévia da participante, em qualquer caso de aplicação de penalidade, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA SUSPENSÃO

A suspensão temporária será aplicada quando ocorrer:

- a) Apresentação de documentos falsos ou falsificados;
- b) Reincidência de execução insatisfatória do Contrato, acarretando prejuízos ao SENAI/DR-MA;
- c) Atraso injustificado na execução e/ou conclusão do fornecimento, contrariando o disposto no Contrato;
- d) Reincidência na aplicação das penalidades de Advertência ou Multa;
- e) Irregularidades que acarretem prejuízo ao Contratante, ensejando Rescisão Contratual;
- f) Ações com intuito de tumultuar a execução do Contrato;
- g) Prática de atos ilícitos, demonstrando não possuir idoneidade para contratar com o SENAI/DR-MA; e
- h) Condenação definitiva por praticar fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA CONDUTA ÉTICA

As Partes declaram e garantem uma à outra que conhecem e cumprem integralmente o disposto nas leis brasileiras, notadamente nas leis anticorrupção, da lavagem de dinheiro, da improbidade administrativa, da defesa da concorrência, do Regulamento para Contratação e Alienação - RCA e normativos correlatos, bem como no Código de Ética do Sistema FIEMA, garantindo que:

- a) Não as violarão;
- b) Não praticarão qualquer conduta contrária à essas legislações;
- c) Não realizarão qualquer ato que venha a favorecer indevida e injustificadamente, de forma direta ou indireta, uma à outra e/ou quaisquer terceiros;
- d) Não oferecerão, prometerão ou darão qualquer importância em dinheiro, artigo de valor ou qualquer vantagem economicamente determinável ou não, a nenhum representante e/ou empregado da entidade contratante, em troca de qualquer vantagem indevida, economicamente determinável ou não.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- ✓ Exercer permanente fiscalização da execução do objeto desta contratação, de acordo com o Termo de Referência e/ou anexos;
- ✓ Prestar informações e esclarecimentos pertinentes e necessários que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA;
- ✓ Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a CONTRATADA entregar fora das especificações constantes no processo de seleção;
- ✓ Solicitar que sejam substituídos os itens recusados, de acordo com as condições e especificações do Termo de Referência e/ou anexos;
- ✓ Efetuar o pagamento à CONTRATADA conforme previsto neste Instrumento, após o cumprimento das formalidades legais;
- ✓ Notificar a empresa CONTRATADA, por escrito, sobre irregularidades constatadas na execução do objeto para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

- ✓ Aplicar as sanções estabelecidas no instrumento contratual em caso de descumprimento das obrigações assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- ✓ Entregar os equipamentos na quantidade e nas especificações descritas no Termo de Referência;
- ✓ Executar fielmente o objeto contratado, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários para o cumprimento integral das obrigações;
- ✓ Manter sigilo sobre quaisquer informações do SENAI às quais tenham acesso, utilizando-as apenas para as finalidades previstas na contratação, não podendo revelá-los ou facilitar a sua revelação a terceiros, respondendo administrativamente, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e /ou incorreta de sua descuidada utilização;
- ✓ Responder por quaisquer danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- ✓ Prestar os esclarecimentos desejados bem como dar ciência imediata e por escrito ao SENAI sobre qualquer anormalidade que possa afetar a execução do contrato;
- ✓ Comunicar ao SENAI/MA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a data de entrega dos equipamentos, justificando e comprovando os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto;
- ✓ Ficam vedadas a subcontratação total ou parcial do objeto, pela contratada a outra empresa, e a cessão ou transferência total ou parcial do objeto do contrato;
- ✓ Entregar os equipamentos dentro do prazo e dentro dos parâmetros estabelecidos nas especificações, com a observância das recomendações da legislação pertinente;
- ✓ Responsabilizar-se por todos os impostos, seguros, taxas, encargos, decorrentes do objeto do presente instrumento;
- ✓ Prestar a garantia de acordo com a fornecida pelo fabricante 12 (doze) meses, após a entrega técnica, com cobertura total das peças dos equipamentos;
- ✓ O suporte técnico a ser prestado pela Contratada tem por objeto a correção de falhas ou inconsistências detectadas de forma a garantir o pleno, correto e seguro funcionamento do sistema;
- ✓ Prestar a assistência técnica devida, preferencialmente local, arcando com as despesas de envio do(s) equipamento(s) quando a assistência for realizada fora da sede do CONTRATANTE;
- ✓ Os equipamentos deverão ser entregues e montados na unidade operacional contratante, SENAI – CEPT Raimundo Franco Teixeira. Todos os custos inerentes para efetivação do transporte e montagem do equipamento serão de responsabilidade da CONTRATADA;
- ✓ Os itens podem ser propostos de forma separada, desde que seja garantida a compatibilidade com o restante dos equipamentos;

- ✓ A CONTRATADA deverá proporcionar treinamento de manutenção, funcionamento e melhores práticas para a equipe técnica. Somente após o treinamento, com a bancada em perfeito funcionamento, é que se dará por aceita a entrega técnica.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DIVULGAÇÃO DO CONTRATO

A Contratada não poderá utilizar o nome do Contratante, ou sua qualidade de contratada em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visitas, anúncios diversos, impressos etc., sob pena de imediata rescisão do presente instrumento, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo da responsabilidade da Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS

É vedado à CONTRATADA caucionar ou utilizar o presente Contrato para qualquer operação financeira.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA CONFIDENCIALIDADE DOS DADOS

As partes se obrigam mutuamente a respeitar o direito de propriedade e de confidencialidade das informações acessadas, bem como a não as transferir a terceiros, no todo ou em parte, salvo os casos em que houver prévia autorização por escrito, além do dever de observância aos ditames da Lei nº. 13.709/2018 (Lei de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e às determinações dos órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

Fica eleito o foro da circunscrição judiciária de São Luís para dirimir as dúvidas oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Para firmeza, e como prova de haver entre si, justos e contratados, é lavrado o presente CONTRATO em 02 (duas) vias de igual teor e valia, assinadas pelas partes e 02 (duas) testemunhas.

São Luís, ____ de _____ de _____.

Diretor Regional do SENAI/DR-MA

Representante da Contratada

TESTEMUNHAS:

CPF:
RG:

CPF:
RG: